



Romeu Felipe Bacellar Filho

Direito Administrativo e o novo Código Civil

<http://www.editoraforum.com.br/loja>

280 páginas • ISBN 978-85-7700-049-4 • FORMATO: 14,5 x 21,5 cm

Tratar do Direito Administrativo à luz do Código Civil não significa, tão só, alinhar considerações doutrinárias de uma disciplina — Direito Administrativo — às prescrições positivadas de outra — Direito Civil. O objetivo do estudo que, de alguma forma, põe em cheque a teoria divisionária do Direito, é provocar uma reflexão sobre as bases constitucionais da atividade administrativa a impender uma redefinição das relações entre Direito Público e Direito Privado. Assim, a análise da temática é conducente a uma investigação, pelo menos de forma genérica, das fronteiras entre Direito Público e Direito Privado a partir da constitucionalização tanto do Direito Administrativo quanto do Direito Civil. A inobjetável incidência do Código Civil na atividade administrativa desemboca em interessante discussão sobre o papel do Estado na perspectiva do cidadão. Partindo da análise da incidência do novo Código Civil na atividade administrativa, a pesquisa examina a contribuição civilista nesta seara, reexaminando sob este enfoque os direitos fundamentais, a função social da propriedade, a função social do contrato, a responsabilidade da Administração Pública, com especial atenção à (re)leitura das categorias do Direito Administrativo e das garantias dos direitos (e não das garantias de privilégios).

Romeu Felipe Bacellar Filho

Doutor em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná. Professor de Direito Administrativo na Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná; Professor Titular de Direito Administrativo na Graduação e Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Professor Titular visitante de Direito Administrativo do Curso de Especialização da Universidade de Belgrano – Buenos Aires e membro do Conselho Acadêmico dessa Universidade; Professor convidado e membro do Conselho Acadêmico do Instituto Nacional de Administração Pública da Espanha; Professor e Presidente do Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Ex-presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo; Presidente do Instituto Paranaense de Direito Administrativo; Presidente da Associação de Direito Público do Mercosul com sede em Buenos Aires; Presidente do Instituto Ibero-Americano de Direito Público; Membro da Associação Argentina de Direito Administrativo; Membro do Instituto Chileno de Direito Administrativo; Membro Honorário do Instituto de Investigaciones Históricas Dr. Jose Gaspar Rodriguez de Francia da República do Paraguai; Membro da Associação Peruana de Direito Administrativo; Membro do Instituto dos Advogados do Brasil e do Instituto dos Advogados do Paraná; Conselheiro Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Advogado militante.

SUMÁRIO DO LIVRO:

Introdução

Capítulo 1

O estatuto constitucional da Administração Pública

- 1.1 A imperatividade do controle no exercício do poder
- 1.1.1 Controle da atividade administrativa e efetividade da Constituição

Capítulo 2

Introdução à problemática da aplicabilidade do Código Civil na atividade administrativa

- 2.1 A constitucionalização do Direito Administrativo e do Direito Civil: ponto de partida
- 2.2 Repartição de competências legislativas: a situação do Direito Civil e do Direito Administrativo
- 2.3 Direito Público e Direito Privado: panorama atual da doutrina, possibilidades de diferenciação e estabelecimento de pontos de contato
- 2.4 Definição de zonas fronteiriças entre público e privado no Estado Liberal, Estado Social e Estado Democrático de Direito
- 2.5 Critérios para distinção entre Direito Público e Privado
 - 2.5.1 Critério do “interesse público”
 - 2.5.2 O interesse público no Direito Administrativo
 - 2.5.2.1 Interesse público: primário e secundário
 - 2.5.2.2 Interesse público: meios públicos ou transparentes
 - 2.5.2.3 Interesse público: impessoalidade administrativa e processo (procedimento) administrativo
 - 2.5.3 Interesse público: função, dever e competência
 - 2.5.3.1 Interesse público e função administrativa
- 2.6 O critério das posições: supremacia (público) *versus* igualdade (privado)
 - 2.6.1 Um novo papel para o princípio da igualdade no Direito Civil
- 2.7 Critério da qualidade jurídica do sujeito
 - 2.7.1 Autonomia no Direito Civil e no Direito Administrativo
- 2.8 Fatores que problematizam a distinção entre público e privado
 - 2.8.1 O princípio da subsidiariedade
- 2.9 Identificando o espaço do Direito Administrativo
- 2.10 Administração Pública entre o Direito Público e o Direito Privado
 - 2.10.1 Subsidiariedade do Direito Privado e particulares no exercício da função administrativa
 - 2.10.2 A “fuga” para o Direito Privado

Capítulo 3

Novas perspectivas para a Administração Pública

- 3.1 A perspectiva democrática: um regime democrático *também* para a Administração Pública?
- 3.2 Formatando um regime democrático: dignidade da pessoa humana, garantia dos direitos fundamentais e Administração Pública
- 3.3 Sobre os direitos fundamentais e o Direito Civil Constitucional

Capítulo 4

O novo Código Civil e a Administração Pública

- 4.1 Fundações públicas
- 4.2 Ato administrativo
- 4.3 Bens públicos e função social da propriedade
 - 4.3.1 Intervenção do Estado na propriedade e desapropriação
 - 4.3.2 Bens afetados à prestação de serviços públicos: caso ilustrativo no setor das telecomunicações
- 4.4 Princípios contratuais no Direito Administrativo: a contribuição civilista
 - 4.4.1 Breve histórico da teoria contratual no Direito Público
 - 4.4.2 A incidência do Código Civil nos contratos celebrados pela Administração Pública
 - 4.4.3 Peculiaridades do contrato administrativo e princípios de aplicação subsidiária
 - 4.4.4 O contrato como categoria do Direito Administrativo
- 4.5 Transação
- 4.6 A responsabilidade extracontratual da Administração Pública
 - 4.6.1 Conceito e extensão da responsabilidade da Administração Pública
 - 4.6.2 Fundamentos da responsabilidade da Administração Pública
 - 4.6.3 Retrospectiva da responsabilidade pública
 - 4.6.4 Teorias da responsabilidade da Administração Pública
 - 4.6.4.1 Teoria da culpa
 - 4.6.4.2 Teoria do acidente administrativo
 - 4.6.4.3 Teoria do risco
 - 4.6.4.3.1 Teoria do risco integral
 - 4.6.4.3.2 Teoria do risco administrativo
 - 4.6.5 A responsabilidade extracontratual da Administração Pública e a Constituição de 1988
 - 4.6.5.1 A responsabilidade da Administração Pública: objetiva em relação à pessoa jurídica e subjetiva em relação ao agente causador do dano
 - 4.6.5.2 Da característica do dano ressarcível
 - 4.6.5.3 Ação regressiva e apuração da falta pessoal
 - 4.6.5.4 Excludentes e atenuantes da responsabilidade: o reconhecimento do dano
 - 4.6.5.5 A responsabilidade subsidiária

Conclusões

Referências

Índice